RESENHA

CISNE, Mirla. 2018.
Feminismo e Consciência de Classe no Brasil.
São Paulo: Cortez, 276 p.

Jheuren Karoline Costa de Souza^a

Mirla Cisne possui sua formação voltada ao Serviço Social tanto em nível de graduação, quanto mestrado e doutorado. Neste livro, *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*, retoma seu trabalho de doutorado realizado sobre os principais movimentos de mulheres do Brasil (Articulação de Mulheres Brasileiras, Movimento de Mulheres Camponesas e Marcha Mundial das Mulheres), trazendo importante análise para se pensar e questionar a importância da consciência de classe nos movimentos feministas do país. Em uma leitura acessível ao mais diverso público, possibilita a compreensão de conceitos tais como alienação de classe, ideologia, luta de classes e formas de consciência, os quais são necessários para fazer a revolução socialista idealizada pela autora a partir das mulheres.

^a Mestre em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia (UFPA).
Email: jheurensouza04@gmail.com.

Além disso, Mirla Cisne rompe com o mito da neutralidade científica ao se posicionar ao longo da escrita enquanto militante feminista, participante de movimentos sociais e reivindicando direitos. A obra não se propõe ao apagamento da trajetória política da autora, mas possibilita olhar a partir da mesma a realidade de mulheres ativistas de Direitos Humanos. Com isso, é instigante para quem trabalha ou apenas lê sobre gênero e a obra se consolida como referência nacional além do Serviço Social. Mirla Cisne, afirma:

“[p]ara nós, fica o grande desafio de articular a autonomia dos movimentos feministas com alianças construídas em torno de um processo societário socialista. Alianças que não podem ser realizadas pelo interesse dos demais movimentos em obter mais força e energia revolucionárias com as mulheres, mas pela incorporação e entendimento da importância do feminismo para construção de uma nova sociedade. É nesse sentido que acreditamos na importância do partido político como um sujeito coletivo capaz de universalizar e politizar as lutas dos movimentos sociais, buscando um direcionamento político que ultrapasse a dimensão econômico- corporativa e potencialize a formação da consciência revolucionária” (p. 272).

Nesta perspectiva, o enfrentamento ao sistema capitalista e às opressões que ele causa à classe trabalhadora, em especial às mulheres que são as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas, é necessário, segundo Cisne. Ela afirma que o objetivo geral da obra é compreender a formação militante feminista na luta de classes do Brasil contemporâneo. Dessa forma, no primeiro capítulo, há o debate sobre luta de classes e a formação da consciência na tradição marxista. Com isso a autora busca não homogeneizar classe, mas pensá-la a partir da relação entre classe trabalhadora, sexo, raça e etnia, de forma a compreender as diversas vivências possíveis dentro do que denominamos classe trabalhadora de mulheres. Esse ser mulher no plural dialoga com a reivindicação de Soujourner Truth, ainda em 1951, ao questionar se mulheres negras não eram mulheres, por conta do tratamento diferenciado a elas dado. Há também Maria Lugones, que estuda a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e sexualida-

de para entender a indiferença dos homens para com as violências que sistematicamente acontecem com as ‘mulheres de cor’, as mulheres vítimas da colonialidade. Ainda que Mirla Cisne não trabalhe com a interseccionalidade propriamente dita, mas com as relações sociais de sexo, é interessante analisar os estudos e discursos de Soujourner (1951) e Lugones (2008) para embasar a discussão.

Pensando essa diferenciação no interior da classe trabalhadora e a necessidade de categorizar a partir das relações ali estabelecidas, Cisne ressalta:

“[l]ogo, não podemos considerar classe como um conceito puramente abstrato, tampouco a-histórico. Se consideramos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e raça/ etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar a componente classe nas relações sociais de sexo e étnico-raciais” (p. 33).

Ou seja, a formação da consciência militante feminista pode e deve passar ao entendimento de que a classe trabalhadora além de possuir dois sexos, como cita Cisne se baseando nos estudos de Elizabeth Lobo, possui particularidades referentes às diversas subjetividades ali presentes. Cisne questiona como essa consciência de classe é formada mesmo dentro de um sistema capitalista patriarcal, o qual relega à mulher a posição de Outro. A sociedade capitalista dificulta a formação da consciência de classe segundo Cisne, porém esse processo que não é linear ou uniforme e resulta das múltiplas relações estabelecidas entre os sujeitos na sociedade. Cisne diz:

“Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e sociedade. Nesta perspectiva, a consciência não é algo meramente individual ou exclusivamente subjetivo, posto que os indivíduos estabelecem no processo de formação da consciência relações com o mundo externo” (p. 46).

Essa sociedade capitalista, criticada por Mirla Cisne, é fundada a partir de relações racistas-patriarcais, as quais encontram sua base no modelo de família pré-estabelecido e ancorado na divisão sexual do trabalho, a qual dá base para a reprodução social da força de trabalho e a exploração do trabalho desvalorizado das mulheres, como afirma a autora. Além disso, o capitalismo só é possível por conta dessa lógica, a acumulação de capital está pautada em um projeto exploratório dos ‘mais fortes sobre os mais fracos’. Nesse sentido mulheres são subalternizadas e tratadas enquanto minorias, como afirma Spivak (2010).

Baseada também nesse conceito de família imposto pelo sistema capitalista, Mirla Cisne trata da heterossexualidade compulsória enquanto necessidade primordial para manutenção do sistema opressor. Essa heterossexualidade compulsória seria usada na consolidação do patriarcado e para escravização de mulheres, estabelecendo relações de dominação e exploração, como mencionado acima.

É interessante pensar o patriarcado como uma espécie de poder relacional estruturante tanto de relações estruturais quanto as superestruturas. Assim, mesmo na ausência do homem é efetivado tal poder, mulheres são postas incorporando e reproduzindo os discursos e ações, seja consigo mesmas ou na criação de seus filhos e até como forma de fiscalizar a ação de outras mulheres.

Cisne (2018) alerta que essa adesão das mulheres ao patriarcado não acontece por convivência consciente delas ou concordância com ele, mas por funcionar como um sistema regido pelo medo e carregado da ideologia dominante, que é concretizado em uma sociedade permeada por relações de alienação.

Esse patriarcado é exemplificado em nossa sociedade pela constante guerra entre mulheres, como algo quase natural que intensifica a disputa entre as mesmas. Mulheres julgam-se mutuamente baseadas em um sistema que as oprime e ao mesmo tempo necessita delas para sua manutenção. Romper com as amarras dessa alienação é tarefa inicial do feminismo e, ao longo da leitura da obra de Cisne, percebemos que o primeiro passo é a tomada de consciência de si e do grupo no

qual se está inserida para posteriormente travar as diretrizes de luta contra o sistema estabelecido. Essa tomada de consciência assume formas particulares de análise crítica quando percebemos que na maioria das sociedades mulheres trabalham mais que os homens e ainda assim ganham salários menores, como afirma Cisne (2018).

Dessa forma, a família e a heterossexualidade compulsória são indispensáveis para explicar a exploração e a reprodução social na sociedade vigente. Cisne nos mostra:

“[e]mbora com todas as alterações sofridas, a família, mais precisamente, o trabalho reprodutivo considerado feminino, permanece imperativo aos estudos e às análises feministas. Os produtos garantidos pelo trabalho reprodutivo não têm sua consumação esgotada no interior da família, uma vez que eles são destinados também ao mercado. Mais do que isso, o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza” (p. 95).

A autora afirma que a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres, pois a esfera produtiva é da valorização, tendo em vista que produz riquezas e é um espaço masculino. Já a esfera da reprodução é entendida pelas sociedades capitalistas enquanto espaço feminino por excelência e a autora afirma ser esse espaço necessário ao capitalismo para garantir a manutenção e a reprodução da força de trabalho.

Ou seja, a divisão sexual do trabalho precisa ser compreendida com base nas assimetrias e hierarquizações próprias dessa divisão e não apenas na diferenciação de tarefas entre homens e mulheres. Essas assimetrias estão expressas nos salários entre os sexos e outras diversas desigualdades existentes. Por isso a necessidade de analisar não apenas o campo da produção, mas qual relação essa produção estabelece com a reprodução social.

Essa relação perpetua sistemas que há muito se dizem ultrapassados, como a suposta natureza feminina para determinadas tarefas, as quais não são percebidas ou até mesmo valorizadas enquanto tra-

balho. Esses valores encontram justificativa em normas sociais que definem o que é considerado ‘masculino’ e ‘feminino’, a partir da educação sexista que diferencia os sexos, mas também educa homens e mulheres de forma desigual, baseado na hierarquização mencionada e tomando tais normas enquanto naturais e próprias do indivíduo enquanto homem ou mulher na sociedade.

Baseada nessa relação desigual entre homens e mulheres, no sistema de hierarquização dos sexos, Mirla Cisne afirma ser o feminismo o único caminho possível para mudança e emancipação de mulheres na sociedade capitalista. Além disso, a autora defende que a mudança só é possível a partir da relação do feminismo com o socialismo. Parafraseando Lênin, a revolução socialista não será possível sem a participação das trabalhadoras.

Apesar do conservadorismo de alguns setores da esquerda, que não consideram o feminismo como pauta importante da revolução socialista, Cisne reforça a emancipação das mulheres como algo necessário para libertação dos operários. Além disso, a autora nos afirma que luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas da humanidade.

“O feminismo encontra assim seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade reais. [...] Neste sentido, acreditamos que o socialismo e o feminismo têm muito a contribuir, mutuamente, na compreensão e construção do sujeito revolucionário responsável pela consolidação de uma sociedade substantivamente igualitária” (p. 129-130).

Nesse cenário de lutas feministas e sua ligação com o socialismo, Mirla Cisne nos apresenta três coletivos feministas brasileiros que trazem consigo as reivindicações por igualdade e acesso a direitos básicos para mulheres. Os mesmos trazem em sua história a importância da consciência militante feminista, a auto-organização dessas mulheres e contribuição do feminismo para a luta de classes. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), por exemplo, destaca sua estrutura a par-

tir da horizontalidade e pluralidade, buscando evitar hierarquização entre mulheres do coletivo, defende a autonomia frente aos governos. Enquanto a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) tem como característica principal a autonomia econômica para as mulheres, na garantia de seu sustento e, por fim, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) tem como objetivo central lutar pela soberania do país, conservação, preservação da biodiversidade, no intuito de valorizar aquilo que é entendido como cultura brasileira e sempre valorizando o poder popular, buscando autonomia para as mulheres e o povo brasileiro.

Ao nos apresentar os três coletivos, com depoimentos das integrantes do mesmo e as diretrizes próprias de cada um, a autora nos possibilita a compreensão ampla do que seja o feminismo e a consciência de classe no Brasil e de como é articulada a luta de mulheres na esquerda e suas relações com os mais diversos setores da sociedade, de forma a nos permitir o debate e a construção de caminhos possíveis para o fortalecimento desta luta. A autora afirma:

“Inspiradas na luta feminista e nos resultados deste trabalho, podemos concluir que a luta das mulheres é um fato político concreto que não apenas acrescenta um elemento novo na política, mas perturba-o profundamente. E, porque não dizer: revolucionar-o?! Esperamos que os princípios de autonomia e liberdade, bem como o exemplo da subversão e irreverência que constituem o espírito do feminismo, possam ser revigorados e que tenham força de influência e inspiração na luta pela emancipação humana” (p. 275).

Por fim, todas essas violações de gênero citadas ao longo do livro *Feminismo e consciência de classe no Brasil* são violações correspondentes aos tempos de guerra, tais quais aborda Leymah Gbowee (2015). Para Gbowee (2015) os direitos das mulheres são questionados, cotidianamente. Em tempos de guerra, tais mulheres perdem mesmo o direito à dignidade de se manter enquanto mulher. E muitos movimentos feministas persistem em afirmar – “estamos o tempo todo em guerra” – pois a luta contra o patriarcado é constante. Muitas identidades femininas são postas em jugo e a vontade de não ser mulher aparece presente como forma de livra-se dessas violações. Mais que

o corpo mutilado pelas violências diárias, as mulheres sofrem com a violência que resulta em questionamentos do porquê de seus sexos e identidades enquanto mulheres (Andrea Smith 2014). Dessa forma, o livro é um importante facilitador de debate entre mulheres e para mulheres, as quais a partir de suas vivências identificarão seu pertencimento enquanto classe social e a possibilidade de mudanças frente às opressões sofridas pelo sistema patriarcal.

Referências:

- GBOWEE, Leymah. 2012. *Guerreiras da Paz: como a solidariedade, a fé e o sexo mudaram uma nação em guerra- memórias*. São Paulo: Cia das Letras.
- LUGONES, María. 2008. "Colonialidad y Género". *Tabula Rasa*, 9:73-101.
- SPIVAK, Gayatri C. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SMITH, Andrea. 2014. "A violência sexual como uma ferramenta de genocídio". *Espaço Ameríndio*, 8(1):195-230.

Recebido em junho de 2021.

Aprovado em novembro de 2021.